

PARA ALÉM DO PATRIMÔNIO MUNDIAL PROTEGIDO NO BRASIL

Ricardo E. Fonseca Filho*, Maria Amália de Oliveira**, Solano de S. Braga*** & Thiago Duarte Pimentel****

Resumo

O patrimônio está em risco por motivações diversas: as crises econômicas, as sanitárias, as climáticas, as políticas, as sociais e as bélicas. Mesmo com os auspícios da Unesco, o título de patrimônio da humanidade, por si só, nem sempre protege os sítios que receberam essa chancela. O Brasil, com 23 sítios do patrimônio da humanidade, seja do cultural, natural e/ou misto, reflete em seu território aspectos desta crise que, em parte, é fruto de um turismo desordenado. O dossiê Turismo e Patrimônios da Unesco do Brasil, dos Anais Brasileiros de Estudos Turísticos, demonstrou, por meio de sete artigos, diversos aspectos e abordagens sobre o turismo em sítios que abrigam o patrimônio nacional reconhecido pela Unesco. Observou-se no dossiê que, para além do título de patrimônio mundial, são necessárias políticas públicas efetivas, gestão territorial com participação popular, para que não se reproduza o "patrimônio-território", que turistifica de forma insustentável. Espera-se que o patrimônio sirva primeiramente às comunidades inseridas dentro e no entorno destes sítios. E que mesmo em áreas já gentrificadas os governantes, instituições de ensino e empresas privadas possam atuar para a reinserção e integração das comunidades locais e populações tradicionais na atividade turística e como agentes de proteção do patrimônio.

Palavras-chave: Patrimônio Turístico; Patrimônio Mundial; Proteção do Patrimônio; Conservação do Patrimônio; Pesquisa Científica.

BEYOND THE PROTECTED WORLD HERITAGE IN BRAZIL

Abstract

Heritage is at risk for several reasons: economic, health, climate, political, social and war crises. Even with the auspices of Unesco, the title of World Heritage, by itself, does not always protect the sites that have received this seal of approval. Brazil, with 23 World Heritage sites, whether cultural, natural and/or mixed, reflects in its territory aspects of this crisis that, in part, is the result of a disordered tourism. The dossier Tourism and Unesco World Heritage Sites in Brazil, from the Anais Brasileiros de Estudos Turísticos (Brazilian Annals of Tourism Studies), showed, through seven articles, several aspects and approaches about tourism in sites that house the national heritage recognized by Unesco. It was observed in the dossier that, in addition to the world heritage title, effective public policies and territorial management with popular participation are needed so that the "heritage-territory" is not reproduced, which touristifies in an unsustainable way. It is hoped that the heritage will primarily serve the communities inserted in and around these sites. And that even in areas already gentrified, governments, educational institutions and private companies may act to reinsert and integrate local communities and traditional populations in the tourist activity and as agents of heritage protection.

Keywords: Tourist Heritage; World Heritage; Heritage Protection; Heritage Conservation; Scientific Research.

MÁS ALLÁ DEL PATRIMONIO MUNDIAL PROTEGIDO EN BRASIL

Resumen

El patrimonio está en peligro por diversas razones: crisis económica, sanitaria, climática, política, social y bélica. Incluso con los auspicios de la Unesco, el título de Patrimonio de la Humanidad, en sí mismo, no siempre protege los sitios que han recibido este sello de aprobación. Brasil, con 23 sitios del Patrimonio Mundial, ya sean culturales, naturales y/o mixtos, refleja en su territorio aspectos de esta crisis que, en parte, es el resultado de un turismo desordenado. El dossier Turismo y Patrimonio de la Unesco de Brasil, de los Anais Brasileiros de Estudos Turísticos (Anales Brasileños de Estudios Turísticos), mostró, a través de siete artículos, diversos aspectos y enfoques sobre el turismo en sitios que albergan el patrimonio nacional reconocido por la Unesco. Se observó en el expediente que, además del título de patrimonio mundial, se necesitan políticas públicas eficaces, una gestión territorial con participación popular, para no reproducir el "patrimonio-territorio", que se turistifica de forma insostenible. Se espera que el patrimonio sirva principalmente a las comunidades insertas en estos lugares y sus alrededores. Y que incluso en zonas ya gentrificadas, los gobiernos, las instituciones educativas y las empresas privadas pueden actuar para la reinserción e integración de las comunidades locales y las poblaciones tradicionales en la actividad turística y como agentes de protección del patrimonio.

Palabras clave: Patrimonio Turístico; Patrimonio Mundial; Protección del Patrimonio; Conservación del Patrimonio; Investigación Científica.



Licenciada por Creative Commons 4.0 / Internacional
CC BY 4.0

*Doutor em Ciências Naturais (Universidade Federal de Ouro Preto). Professor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba. CV: <https://orcid.org/0000-0001-5804-9120> [ricardo.fonseca@ufop.edu.br]

**Doutora em Antropologia (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). CV: <http://lattes.cnpq.br/6526337310731511> [m_amali@hotmail.com]

***Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Universidade Federal do Piauí). Professor da Universidade Federal de Ouro Preto. CV: <http://lattes.cnpq.br/3774316982731542> [solanobraga@yahoo.com.br]

****Doutor em Ciências Sociais (Universidade Federal de Juiz de Fora). Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora. CV: <http://lattes.cnpq.br/9841188234449467> [thiago.pimentel@ich.ufjf.br]

*****Esta nota de comunicação foi desenvolvida pelo corpo editorial da Edição Temática "Turismo e Patrimônios da Unesco no Brasil".

1 PREÂMBULO ACERCA DOS PATRIMÔNIOS

A vasta literatura sobre patrimônio oriundo das várias áreas de conhecimento apresenta o consenso relativo ao fato de o patrimônio ser um bem que carrega valor. As dimensões de tal valoração quando percebidas a partir da perspectiva dos grupos que lhes atribui valor e, para além dimensão da tangibilidade desses bens, revelam esferas de ressonâncias que no contexto atual não estão mais limitadas a bens que representam um determinado país e sim, a humanidade.

Os patrimônios mundiais são bens de valor universal, pertencentes a humanidade e chancelados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), os patrimônios mundiais são classificados em culturais, naturais e mistos. Após candidatura emitida pelos órgãos oficiais dos países onde os bens estão geograficamente alocados, segue-se então longo processo de análise por parte de um conjunto de especialistas da UNESCO para a tomada de decisão. A atribuição da chancela de patrimônio mundial a um determinado bem por parte da UNESCO é, em si, um processo que atrai atenção e ao serem analisados em estudos onde a atividade turística emerge, encontramos rico potencial para a produção de conhecimento.

Os atrativos naturais e culturais motivam os turistas a usufruírem destes espaços, seja para fins de lazer ou de negócios. Diante de crises militares e econômicas e a ambiental, olhares da sociedade se voltam para o conhecimento e proteção do patrimônio. Em tal panorama, as chancelas atribuídas pela UNESCO facultam a reflexão acerca dos desdobramentos acerca da relação entre patrimônios mundiais da humanidade e o turismo.

O Patrimônio Cultural Mundial é “composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham um excepcional e universal valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico” (UNESCO, 2022, s/p). No âmbito do patrimônio classificado como cultural material, o Brasil abriga os seguintes bens, incluídos respectivamente em:

1. Cidade Histórica de Ouro Preto, MG (1980);
2. Centro Histórico de Olinda, PE (1982);
3. Missões Jesuíticas Guarani, Ruínas de São Miguel das Missões, RS (1983);
4. Centro Histórico de Salvador, BA (1985);
5. Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, MG (1985);
6. Plano Piloto de Brasília, DF (1987);

7. Centro Histórico de São Luiz do Maranhão, MA (1997);
8. Centro Histórico da Cidade de Diamantina, MG (1999);
9. Centro Histórico da Cidade de Goiás, GO (2001);
10. Praça de São Francisco, na cidade de São Cristóvão, SE (2010);
11. Conjunto Moderno da Pampulha, MG (2016); e
12. Sítio Arqueológico Cais do Valongo, RJ (2017).

Já o Patrimônio Natural Mundial engloba “as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas” (UNESCO, 2022, s/p). No Brasil, são sítios do Patrimônio Natural:

1. Parque Nacional do Iguaçu, PR (1986);
2. Reservas da Mata Atlântica do Sudeste, SP/PR (1999);
3. a Costa do Descobrimento, BA (1999);
4. Área de Conservação do Pantanal, MT/MS (2000);
5. Complexo de Conservação da Amazônia Central, AM (2000);
6. Áreas Protegidas do Cerrado: Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas, GO (2001); e
7. Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas Fernando de Noronha e Atol das Rocas, PE (2001).

No que tange a parte natural, estão em solo brasileiro sete Reservas da Biosfera (*Op. cit*):

1. da Mata Atlântica (1992);
2. do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (1993);
3. do Pantanal (2000);
4. do Cerrado (2001);
5. da Caatinga (2001);
6. da Amazônia Central (2001); e
7. da Serra do Espinhaço (2005).

Além de 23 Áreas Úmidas “Ramsar”, de 1993 a 2018. O país tem ainda em seu território três Geoparks, do Araripe no Ceará, do Seridó no rio Grande do Norte e dos Caminhos dos Cânions do Sul no Rio Grande do Sul- e conta com duas propostas aspirantes a Geopark em avaliação pela UNESCO atualmente, Quarta Colônia e Caçapava.

Ainda cabe citar os bens do Brasil inscritos nas Listas do Patrimônio Cultural Imaterial como:

1. as expressões orais e gráficas dos *Wajãpis* (2008);

2. o Samba de Roda do Recôncavo Baiano (2008);
3. *Yaokwa*, ritual do povo *enawene nawe* para a manutenção da ordem social e cósmica (2011);
4. o Frevo (2012);
5. o Círio de Nazaré (2013);
6. a Roda de Capoeira (2014); e
7. e o Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão (2019).

Em 2021 houve o reconhecimento de mais um (1) sítio cultural, os Jardins Burle Marx. Por fim, na categoria patrimônio misto, o Brasil abriga mais dois bens: (1) Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar (2012) e (2) Paraty e Ilha Grande - Cultura e Diversidade - RJ (2019).

Ao todo, são 23 sítios patrimoniais reconhecidos pela UNESCO no Brasil, sob as diferentes formas supracitadas (Patrimônio Cultural Imaterial, Patrimônio Mundial Natural, Geopark, Reservas da Biosfera Áreas Úmidas “Ramsar”, Patrimônio Mistos).

Em 2020, no lançamento do Dossiê Temático dos Anais Brasileiros de Estudos Turísticos (ABET) os 22 sítios do patrimônio da humanidade eram objeto constante de debates e discussões em grupos de pesquisa coordenados pelos editores do presente Dossiê, sendo esse o lugar de emergência da proposta da reunião de trabalhos sobre o tema.

Destaca-se aqui a implementação do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto em 2020 que conferiu ainda mais visibilidade às questões inerentes à relação entre o turismo e o patrimônio, seja ele natural, cultural ou misto.

Sabe-se que no processo de produção do espaço pelo capital (Harvey, 2005), busca-se formas de se reinventar o mercado turístico, como por meio de oferta diversificada, via segmentos turísticos em destaque atualmente como o turismo gastronômico e o geoturismo. Esta espetacularização da sociedade (Debord, 1967) também se dá no olhar para o patrimônio (Choay, 2001), como patrimônio consumido, tão bem observado na análise de Meneses (2009).

Neste cenário o Brasil, país de dimensão continental, têm rico patrimônio natural e cultural – vide 2ª e 9ª posição respectivamente no ranking do Fórum Econômico Mundial (WTTC, 2019) – parece, no entanto, ainda abandonado quanto à sua proteção: desmatamento crescente na Amazônia, queimadas no Pantanal, diversas inundações, incêndios no Museu Nacional e no Museu de História Natural da UFMG, acidente com vítimas em atrativo natural em Capitólio, desabamento de casario

tombado em Ouro Preto, rompimento de barragens de minério em Mariana e Brumadinho, entre tantos outros exemplos.

O momento de crise sanitária pela pandemia do novo coronavírus traz à tona outras dificuldades, de um “patrimônio em risco” (em especial em países em desenvolvimento, com a “privatização do patrimônio” que se justificam pela incapacidade de gestão pelo poder público. Mas, a quem se destina esse patrimônio? Segundo estudo a respeito do futuro do turismo no Brasil, por Lohmann *et al.* (2022, p. 11) o patrimônio mundial no Brasil, em especial o natural, há “recomendações para o desenvolvimento local e comunitário”. No entanto, factualmente, parece não haver indícios de tal orientação.

Assumindo essa orientação ‘oficial’, Smith (2021) chama atenção para se reescrever de forma dinâmica e participativa o “discurso autorizado do patrimônio”, cujos manuais de instituições mantenedoras orientam como gerir o patrimônio.

Uma forma, talvez, seja se voltar para os primórdios do desenvolvimento do pensamento turístico (Moesch, 2002), destacando-se seus aspectos sociológicos (Krippendorf, 1996) em função da abordagem, não menos importante, mas por vezes exclusiva, economicista, terço supervalorizado da sustentabilidade (Elkington, 1995).

Assim, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (UNESCO, 2015) parecem mais distantes do horizonte de 2030, a exemplo do ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis. Nesta pandemia duradoura, Cruz (2020) destacou a acentuação das disparidades socioambientais e Beni (2020), as mazelas do turismo de massa com nova roupagem, o “overturismo”.

Mas há uma luz no fim do túnel pelo resgate e preservação desta memória mundial e pública: a pesquisa das universidades e a participação ativa das comunidades na inventariação e na gestão do patrimônio; missão esta em parte dos periódicos científicos como, dentre outros, ABET (2022), que tem preocupação em “promover o debate e a produção de conhecimento” turístico e afins.

Ao evocarmos a missão dos periódicos científicos, especialmente os voltados para a produção de pesquisas em Turismo, cabe lembrar Tribe (1997), pontuando a existência de dois grandes campos nos estudos de turismo: o campo dos negócios turísticos e o outro, não relacionado a esse, dedicado as implicações relativas a percepções, a natureza, cultura, entre outros.

Defendendo que a produção do conhecimento não se dá somente por via disciplinar e engessar o turismo como disciplina empobreceria um fenômeno cujo estudo permite e requer distintas abordagens.

Tribe, na obra citada, se preocupa com a predominância do campo dos negócios turísticos, pois o vê como privilegiado em estudos e análises, em detrimento dos estudos “mais humanistas” e assim destaca que ambos os campos não são mutuamente excludentes no estudo do fenômeno turístico e sim, complementares.

Aliando a observação do autor, a proposta deste Dossiê, registramos especial agradecimento à ABET que, ao abrir espaço para o Número Especial Turismo e Patrimônios Mundiais, amplia o debate para além de uma perspectiva dos negócios em turismo e nos permite apresentar trabalhos que demonstram que a relação patrimônio e turismo é um potente campo analítico para entender a vida social e cultural no mundo atual.

E entidades, não somente, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR, 2022), a “formulação da política nacional de educação e pesquisa”. Um exemplo disso pode ser encontrado no atual dossiê e auxílio na captação de recursos via emenda parlamentar para Programas de Pós-Graduação, respectivamente. Nota-se ainda um esforço da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) quanto à inserção das discussões científicas do turismo.

2 SOBRE OS TRABALHOS REUNIDOS NESTE DOSSIÊ

Abrindo os trabalhos deste dossiê temos o texto *Reputação Online do Patrimônio Natural: o Parque Nacional do Iguaçu (PR) no Website Tripadvisor*, assinado pelos autores Valéria de Meira Albach, Kimmely Guedes de Carvalho e Jasmine Cardozo Moreira (todas da Universidade Estadual de Ponta Grossa / UEPG). Em seu estudo, os autores partem da discussão dos trabalhos nacionais e internacionais sobre o tema ‘reputação’, considerando especificamente a sua aplicação no contexto virtual, para analisar qual é como se dá a reputação online no caso empírico do Patrimônio Natural Mundial – Parque Nacional do Iguaçu, opinião dos usuários da plataforma TripAdvisor.

As autoras, analisaram 957 postagens sobre o Parque, as quais foram classificadas em mais de um aspecto, gerando assim um volume de 3.422 comentários, os quais foram analisados por meio de estatística descritiva simples, de onde se extrairam as frequências de cada categoria – paisagem; serviços na unidade de conservação e atividades – sendo a avaliação do mesmo considerada majoritariamente positiva (98,18%) das observações. Por outro lado, o que é curioso, e chama a atenção das pesquisadoras é o fato de não se associarem a reputação com o fato

de ser um parque Patrimônio Natural Mundial reconhecido pela UNESCO. Assim, o texto tem um potencial de contribuição no que tange à evidenciação de como análise da reputação pode subsidiar a gestão deste tipo de atrativo, bem como por descortinar a necessidade de se promover e explorar mais claramente o fato do parque ser um Patrimônio Mundial reconhecido pela UNESCO.

O segundo texto deste dossiê, de autoria de Rodrigo Christofletti (Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF), traz à baila uma descrição e comparação teórica entre os 17 patrimônios imateriais da humanidade registrados no Brasil e no México, seguida da análise de seu potencial contribuição para visibilidade e exploração turística. Em sua análise, o fato de tais sítios e manifestações serem reconhecidos como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, constitui um dos vetores “mais visíveis na divulgação e salvaguarda destas manifestações culturais é o turismo, que todos os anos promove novos espaços para o reconhecimento dos seus respectivos patrimônios materiais, mas que, desde o início do século, tem também voltado a sua atenção para a expansão das práticas do patrimônio imaterial”.

Nesse sentido, o turismo, ao mesmo tempo em que se vale do capital cultural elevado de tais patrimônios para se promover e estimular fluxos de visitação, também pode jogar um papel importante na própria atuação para a preservação destes patrimônios uma vez que os colocam em evidência, fazem com que os públicos (locais e turísticos) se identifiquem com ele(s), o(s) valorize(m) e ajudem na promoção de práticas, ações e formas de sensibilização e conscientização para a sua preservação. Mais do que isso, o autor ainda pontua o papel estratégico, geopolítico, que tais patrimônios podem ter ao serem mobilizados como uma forma de *soft power*, levando a cultura periférica ao centro e resistindo à dominação cultural pela reafirmação das identidades e práticas culturais locais e autônomas, mantendo-as ativas e vívidas.

O terceiro paper deste dossiê, *Transformações da Paisagem Patrimonial Induzidas por Políticas Públicas Urbanas e Turísticas em Espaços Públicos na Cidade de São Luís (Maranhão)*, dedica-se à análise do Centro Histórico de São Luís (MA) e é escrito em coautoria por Saulo Ribeiro dos Santos e Deborah Emilly Soares Ferreira, ambos da (Universidade Federal do Maranhão / UFMA) e Matheus Andrade Marques (Universidade Federal do Ceará / UFC).

Partindo de uma discussão embasada na ciência geográfica, os autores adotam o centro histórico da cidade de São Luís como recorte espacial

empírico para ser estudado. Ao analisarem as alterações paisagísticas da praça João Lisboa e o Largo do Carmo, ambientes localizados no centro histórico da capital maranhense, ocorridas devido à intervenções de cunho turístico, eles promovem uma análise comparativa deste mesmo espaço, antes e depois das intervenções, evidenciando que, ao final “embora os locais preservem suas configurações paisagísticas, em razão de seus tombamentos, suas dinâmicas de uso e ocupação foram modificadas pela inserção do turismo nos lugares” (p.9). Nesse sentido, o trabalho sinaliza para a não necessária transformação completa dos sítios apenas em função de sua renovação, em termos de infraestrutura e mobiliário... uma vez o que os públicos, as pessoas e os usos ainda se mantém, havendo, portanto, um jogo entre a manutenção-continuidade e renovação-descontinuidade nos processos socioespaciais urbanos.

Antônia Beatriz Ribeiro Araújo (Universidade Federal do Delta do Parnaíba / UFDPAr), Solano de Souza Braga (Universidade Federal de Ouro Preto / UFOP) e Marina Furtado Gonçalves (Universidade Federal da Bahia / UFBA) são responsáveis pelo artigo *Gastronomia Regional do Piauí: uma Ferramenta de Descobertas Culturais*, no qual a cultural imaterial a partir de gastronomia. Partindo da ideia de que as tradições gastronômicas brasileiras são matéria prima cultural para o turismo, os autores analisam, especificamente, o modo de fazer da farinha como patrimônio cultural imaterial do estado do Piauí, considerada como uma prática sociocultural baseada em hábitos alimentares e de produção decorrentes de muitas gerações passadas. Em seu texto, os o contexto e os processos de produção da farinha de mandioca no povoado Canto Grande (comunidade que se encontra no município de Cajueiro da Praia, na porção Norte do estado do Piauí) são descritos e analisados, evidenciando seu potencial para ser usado como um atrativo de grande influência no campo turístico, cultural e geográfico.

Débora Anízio Rios e Maria Amália Silva Alves de Oliveira (ambas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / UNIRIO) assinam o artigo *O Turismo nos Processos de Intervenções Urbanas: o Caso da Pequena África (RJ)*. Nele as autoras fazem um balanço dos dez anos da implementação do projeto Porto Maravilha na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro (Brasil), discutindo os modelos de intervenção urbana e as formas, de fato, de intervenção assumidas no caso em tela, e como se estas intervenções se relacionam com o espaço e a memória social, dominante e subalterna.

As autoras analisam o sítio arqueológico do Cais do Valongo como um o espaço alvo de disputas, não

apenas físicas, mas também simbólicas. As “memórias subterrâneas e narrativas de resistências conferem possibilidades de reflexão acerca da função social do turismo, uma vez que bens reconhecidos enquanto símbolos da diáspora africana na região, como o desafiam o silenciamento e tensionam as estruturas sociais para uma nova consciência coletiva sobre herança, ancestralidade e identidade brasileira” (p.1).

No artigo, *O Fenômeno do Turismo Religioso no Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas (MG)*, é de autoria de Nayara Souza Fernandes e de Maria do Carmo Pires (ambas da UFOP). As autoras analisam o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas (MG), buscando compreender os fatores relacionados com a excepcionalidade de seu conjunto arquitetônico de natureza religiosa, que se traduz em um motor que alavanca o expressivo turismo religioso da cidade.

Em seu estudo, elas identificam que o grande fluxo de turismo religioso é resultado da celebração religiosa da festa centenária do Jubileu do Bom Jesus de Matosinhos, não sendo diretamente associado com o patrimônio arquitetônico do local. Porém, defendem que o “verdadeiro elemento responsável por esse fenômeno se encontra na junção entre o material e o intangível, no campo das práticas e das trocas culturais que são proporcionadas pela festividade, que por sua vez está condicionada a materialidade do Santuário”. (p.1).

O último texto deste dossiê, é de autoria de Ricardo Eustáquio Fonseca Filho (UFDPAr), Nathalia Machado Moutinho e Paulo de Tarso Amorim Castro (ambos da UFOP). Os autores analisaram em *Percepção do geoturismo por gestores do sítio do patrimônio mundial Ouro Preto (MG)*, a relação do geoturismo com a gestão do sítio do patrimônio da humanidade Ouro Preto. As entrevistas a *stakeholders* de instituições relacionadas à gestão patrimonial no município demonstrou que há certo conhecimento do segmento turístico pelos mesmos, potencial e interesse para políticas públicas e pesquisas relacionadas, para conservação mais integral do patrimônio, com maior inclusão do patrimônio natural e destacando os aspectos abióticos do patrimônio cultural.

Observa-se que os sete artigos do Dossiê trazem uma amplitude e diversidade de seis sítios do patrimônio brasileiro, a maioria cultural, por pesquisadores de oito universidades públicas vinculados a diversos PPG, métodos e abordagens. Os resultados convergem para um olhar turístico e sustentável para o patrimônio, que, no entanto, carece de mais políticas públicas, parcerias com empresas privadas e associações da sociedade civil

organizada, bem como continuidade das pesquisas científicas para de um lado um melhor uso público - com inventário, valoração, infraestrutura, serviços, divulgação - e de outro, conservação destes sítios. Necessário frisar que o pouco interesse de pesquisadores nacionais e internacionais em pesquisas sobre o patrimônio natural também pode ser observado na presente edição da ABET.

3 À GUIA DE CONCLUSÃO

O Brasil ainda caminha a passos lentos quando se trata do patrimônio natural e cultural. Apesar da existência do SNUC e da construção de um sistema nacional semelhante para o patrimônio cultural, ainda existe pouco diálogo entre ambos. E a falta deste não se limita à dualidade natural-cultural, ainda se percebe claramente isso em diversas Unidades de Conservação e/ou bens tombados e a sociedade de forma geral.

Sobre o isolamento entre os patrimônios e seu contexto territorial, é preciso entender a impossibilidade de limitar esses territórios tendo como base apenas sua utilidade atual, passada e/ou futura sem a conexão com a população local e os turistas. Na relação entre patrimônio e turismo o mais adequado seria nem limitar, nem isolar. Os patrimônios culturais e naturais brasileiros precisam ter seus contextos analisados e geridos para garantir a salvaguarda e a integração dos bens e a sociedade.

E, em relação aos territórios que abrigam bens culturais e naturais, que estes não são fruto apenas do uso que lhes é atribuído “pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores” (Pelegri, 2006, p. 121). Especialmente no Brasil, país no qual geralmente as decisões sobre registros e tombamentos historicamente contam com pouca participação das comunidades inseridas nas áreas que abrigam os patrimônios.

Para Pelegri (Op. cit.) é preciso entender “as múltiplas facetas da problemática patrimonial, libertando-a da clausura inerente às definições isoladas, sem dissociá-la das referências culturais e do espaço geográfico” (Op. cit.). Dessa forma, a gestão e interpretação dos patrimônios cultural e/ou do patrimônio ambiental não podem ser concebidas dialeticamente das ações que historicamente foram responsáveis por sua construção e as sociais que propiciaram (e propiciam) a sua existência (Op. cit.).

Para o mercado turístico as chancelas da UNESCO surgem como diferenciais competitivos entre os destinos turísticos nacionais. Acaba sendo um diferencial de marketing “Venha conhecer um patrimônio mundial”, como exemplificado em algumas reportagens de jornais locais mineiros: “Minas é o

estado com maior número de bens culturais reconhecidos pela UNESCO”.

A integração territorial dos patrimônios cultural e natural no Brasil é ainda, na maioria dos casos estudados, apenas uma abstração. Quantos projetos de integração entre Parques Nacionais e comunidades tradicionais do entorno existem no Brasil? Como as populações locais vivem nas áreas tombadas dos centros históricos? E mais: qual sentimento de valor e de pertencimento que existe em relação a essas mesmas áreas pelos brasileiros, sejam eles moradores ou turistas?

Diante dessas e de várias outras questões abordadas nos artigos da presente edição da ABET que a discussão sobre a relação entre o turismo, as chancelas da UNESCO, o patrimônio natural, cultural e misto no Brasil precisam se multiplicar e complexificar.

REFERÊNCIAS

- ABET. (2022). *Sobre a revista*. Acessado em: <https://periodicos.ufff.br/index.php/abet/about>
- ANPTUR. (2002). *Objetivos*. Acessado em: <https://www.anptur.org.br/portal/wiew/others-information/objective.php>
- Beni, M. C. (2020). Turismo e Covid-19: algumas reflexões. *Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, 12(3), 1-23.
- Braga, S. S., Gontijo, B. M., Azevedo, Ú. R., Malta, G. A. P., & Gonçalves, M. F. (2017). As chancelas da Unesco como alternativas de gestão para os patrimônios culturais e naturais da Serra do Espinhaço, Minas Gerais, Brasil. *Revista Espinhaço*, 6(1), 29-40.
- Choay, François. (2001). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp.
- Cruz, R. de C. A. da. (2020). O evento da Covid-19 e seus impactos sobre o setor turismo: em busca de uma análise multi e trans-escalar. *Observatório de Inovação do Turismo*, XIV(nº Especial), 1-15. <https://doi.org/10.17648/raoit.v14n4.6636>
- Debord, Guy. (1967). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Elkington, John. (1995). *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Oxford: Capstone Publishing Ltd.
- Harvey, David. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- Krippendorf, Jost (1996). *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph.
- Lima, D. A., & Manzano, M. A. (2006). Princípios fundamentais para o desenvolvimento sustentável no âmbito das reservas da biosfera. *Akrópolis-Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*, 14(3).
- Lohmann, G. et al. (2022). O Futuro do turismo no Brasil a partir da análise crítica do período 2000-2019.

- Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 16, e-2456. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2456>
- Meneses, U. T. B. de. (2009). O campo do patrimônio cultural: Uma revisão de premissas. Conferência Magna, I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural – IPHAN, Ouro Preto.
- Moesch, M. (2002). *A produção do saber turístico*. Campinas, SP: Papirus.
- Pelegri S. C. A. (2006). Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista Brasileira de História*. 26 (51): 115-140. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882006000100007>
- Pedersen, Arthur. (2002). *Managing Tourism at World Heritage Sites: a Practical Manual for World Heritage Site Managers*. Paris: UNESCO.
- Santos, M. (2002). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (Vol. 1). Edusp.
- Smith, L. (2021). Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio. *Caderno Virtual de Turismo*, 21(2), 140-154. <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.21n2.2021.1957>
- Tripadvisor. (2022). *Traveller's Choice*. Acessado em: <https://www.tripadvisor.com.br/TravelersChoice-Destinations>
- UNESCOo. (2015). *UNESCO moving forward the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Accessed on: <https://en.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/247785en.pdf>
- UNESCO. *Properties inscribed on the World Heritage List* (2022). Acessado em: <https://whc.unesco.org/en/statesparties/br>
- WTTC. World Trade Tourism Council. (2019). *The Travel & Tourism Competitiveness Report*. Acessado em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_TTCR_2019.pdf

Processo Editorial / Editorial Process / Proceso Editorial
Editor Chefe / Editor-in-chief / Editor Jefe: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).
Editores convidados / Guest-Editors / Editores invitados: Ricardo Fonseca (UFDP), Amália Oliveira (UNIRIO) & Solano Braga (UFOP)
Recebido / Received / Recibido: 16.09.2022; Aprovado / Approved / Apobado: 29.10.2022; Publicado / Published / Publicado: 11.11.2022.
Texto não revisado às cegas por pares / Not double-blind peer review paper / Texto no revisado por pares ciegos.